VAGAROSA RETOMADA DA GERAÇÃO DE EMPREGOS

Gilmar Mendes Lourenço

O tranco proporcionado pela rodada de sucessivos cortes dos juros básicos, entre outubro de 2016 e maio de 2018, revelou-se insuficiente para recolocar a economia nacional no longo percurso rumo à expansão sustentada, evidenciando insuficiência de combustível ou, na hipótese mais provável, abastecimento em postos de terceira linha.

A resistência do desemprego em patamares elevados é o exemplo patético e prático disso, constituindo, inquestionavelmente, o efeito mais perverso da recessão de quase três anos que atingiu a economia do país, a partir de abril de 2014, e da medíocre recuperação, verificada no biênio 2017-2018, quando o produto interno bruto (PIB) cresceu apenas 2,2%.

Tanto é assim que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a desocupação vem subindo desde janeiro de 2019, chegando a 12,4% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel findo em fevereiro. Em paralelo, o rendimento médio dos empregados exibiu ligeira ascensão, explicada pelo declínio da inflação e a menor remuneração recebida pela massa de desligados.

Na mesma linha de anomalias, a qualidade do emprego vem perenizando a faceta precária, caracterizada por fechamento de postos com carteira assinada e elevada proporção de geração de vagas no mercado informal e apreciável subutilização - desempregados à procura de trabalho, ocupados por horas insuficientes e desalentados -, o que resultou em 27,9 milhões de pessoas que estão praticamente à margem de um processo de consumo decente.

Decerto que a performance frustrante foi influenciada por um aspecto estacional, representado pela desaceleração do ritmo dos fluxos de produção e comercialização, acontecida no começo de 2019, expressa em demissões daqueles contratados em regime temporário, depois da maior movimentação de vendas atrelada às festas de natal e ano novo, em 2018.

Aliás, a retração da corrente de transações é uma peculiaridade de princípio de ano quando o funcionamento do organismo econômico depende quase que exclusivamente das encomendas do varejo à indústria para amparar a reposição técnica dos estoques desovados em dezembro.

No entanto, o princípio de 2019 contabilizou contração mais acentuada, por conta da repentina diminuição da confiança dos empregadores em relação ao futuro, depois da formação de um estágio de renovação das expectativas positivas produzidas pelo desfecho do episódio eleitoral de outubro de 2018, em favor de uma candidatura reformista.

Apenas para ilustrar, conforme sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice de confiança empresarial - que varia entre zero e duzentos pontos, sinalizando pessimismo quando abaixo de cem pontos - recuou de 104,0 pontos, em dezembro de 2018, para 96,8 pontos, em março do presente exercício.

Sem contar que outro estudo da FGV constatou que a produtividade da mão de obra, medida pela razão entre volume de produção e número de horas trabalhadas, encontra-se em igual nível experimentado em 2012 e inferior em 2,7% ao teto atingido na véspera do começo da depressão, no primeiro trimestre de 2014.

Ao fornecer instrumental para a interpretação desse tipo de evento menos animador, a ciência econômica enseja o desmanche dos “castelos de areia” de otimismo, erguidos por correntes oficiais e frações dos meios especializados e formadores de opinião, ao sentenciar a existência de razoável retardo temporal entre subida do ânimo privado, retomada do ciclo de negócios e abertura de postos de trabalho.

Nessa perspectiva, a despeito da adoção de uma adequada estratégia macroeconômica estilo “feijão com arroz”, ancorada no já mencionado recuo dos juros, acoplados à consistente redução das pressões inflacionárias, e a implantação de um pilar do ajuste fiscal, traduzido no estabelecimento de teto para a variação dos gastos primários da união, configurado na

Ao fornecer instrumental para a interpretação desse tipo de evento menos animador, a ciência econômica enseja o desmanche dos “castelos de areia” de otimismo.

inflação do ano antecedente, a gestão Temer revelou-se incapaz de criar alguns requisitos mínimos indispensáveis ao aparecimento de um circuito virtuoso para a ocorrência de sintonia fina entre regresso da credibilidade e acréscimo do volume de transações.

Isso se deveu à praticamente interrupção da tramitação do curso das reformas institucionais no congresso, imputada à *feitura do jogo pendular* da base parlamentar governista, a partir de maio de 2017, quando o mandatário foi impelido a negociar (ao preço de quase R\$ 50,0 bilhões) a permanência no cargo sem a submissão à investigação, por crime de corrupção passiva, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em seguida ao vazamento de áudio de conversa entre o chefe de estado e o presidente do grupo empresarial JBS.

Por essa ordem de limitações, parece razoável argumentar acerca da necessidade de arregimentação de indiscutível capacidade técnica e enorme esforço de mobilização política, por parte do novo governo, na direção da aprovação do bloco de reformas que venha a comprimir o tamanho e devolver a eficiência ao aparelho de estado, aspectos imprescindíveis à oxigenação da microeconomia que, no final das contas, configura a grande frente de resgate do dinamismo dos níveis de atividade e, por consequência, disponibilização de oportunidades de emprego incrementais.